

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 20.

A cárie dentária acompanha a humanidade desde tempos imemoriais. Resulta da colonização da superfície do esmalte do dente por microrganismos (bactérias) que, ao metabolizar carboidratos fermentáveis, como a sacarose, por exemplo, produzem ácidos. Essa acidez localizada, provocada pela disponibilidade de açúcar, leva à dissolução do fosfato de cálcio das camadas superficiais da estrutura de esmalte dentário, liberando fosfato e cálcio para o meio bucal. A partir de determinado momento, essa perda mineral atinge tal grau que se observa a formação de uma cavidade cuja evolução, em casos extremos, corresponde à destruição de toda a coroa dentária. A relação açúcar-cárie está bem documentada e não há dúvida quanto ao papel central do açúcar no processo cariogênico.

No final do período Paleolítico (por volta de 10 mil anos a.C.), quando o homem começou a produzir e processar seu próprio alimento, com o cozimento e o surgimento do pão em sua forma primitiva, a cárie dentária passou a ser encontrada em 60 a 70% dos crânios recuperados daquele período. Entretanto, isso ocorria em pequeno número e era mais frequente em adultos do que em crianças e adolescentes. Com pequenas e pouco significativas mudanças (cerca de 10%) nesse padrão, desde a Idade do Ferro (4 mil a.C.) até o final da Idade Média (1453), a cárie atingia, principalmente, as pequenas depressões ou sulcos encontrados na superfície dos dentes, especialmente nos molares e pré-molares.

No início do século XX, a cárie dentária era um problema de saúde pública, na maior parte do planeta. As populações conviviam com infecção, dor, sofrimento e mutilação. A descoberta do efeito preventivo do flúor o transformou, ao longo do século, no principal agente utilizado no enfrentamento da doença em todo o mundo. Em vários países, e também no Brasil, produtos fluorados têm sido apontados como os principais responsáveis pelo declínio observado na prevalência da cárie. No Brasil, estudos pioneiros realizados nos anos 1950 e 1960 corroboraram a eficácia preventiva da fluoretação das águas. No período de 1986 a 1996, com 42% da população recebendo água fluoretada, a queda na prevalência da cárie entre crianças de doze anos de idade foi de 53%. Além da água fluoretada, os dentifrícios também são, no presente, amplamente empregados como veículos para utilização do flúor em saúde pública, com perspectivas da continuidade do uso de produtos fluorados nas próximas décadas do atual século.

Internet: <www.scielo.com.br> (com adaptações).

No que se refere às ideias do texto, julgue os itens seguintes.

- 1 O texto é de natureza eminentemente narrativa.
- 2 Deduz-se do texto que a cárie dentária é uma doença que coexiste entre a humanidade, desde tempos remotos.
- 3 O conteúdo do texto permite formular uma definição terminológica sucinta para o termo “cárie”: destruição do esmalte e da camada calcificada dos dentes pela ação de bactérias nocivas presentes na boca.
- 4 Depreende-se do texto que o esmalte dentário é a camada externa dos dentes, que funciona como uma barreira contra agentes externos, como cáries e desgastes.
- 5 Conforme o texto, a cárie, desde o período Paleolítico, é uma das condições dentais mais comuns entre crianças e adolescentes.
- 6 Conclui-se do texto que o flúor é fundamental para a saúde bucal, com comprovada eficácia na prevenção e no combate às cáries, fortalecendo o esmalte dos dentes e tornando-os mais resistentes à desmineralização.
- 7 Infere-se do texto que o desgaste do esmalte expõe os dentes à infecção e à sensibilidade e os deixa mais vulneráveis.
- 8 Segundo o texto, o açúcar, por ser poroso, desgasta diretamente o dente, sendo o responsável pelo surgimento das cáries.

Quanto à estruturação linguística e gramatical do texto, julgue os itens a seguir.

- 9 No primeiro parágrafo, sem comprometer a correção gramatical, o período “A cárie dentária acompanha a humanidade desde tempos imemoriais. Resulta da colonização da superfície do esmalte do dente por microrganismos que, ao metabolizar carboidratos fermentáveis, como a sacarose, por exemplo, produzem ácidos” pode ser reorganizado e reescrito da seguinte forma: **Desde tempos imemoriais, anda junto com a espécie humana a cárie dentária – derivada da colonização da superfície do esmalte por microrganismos que produzem ácidos resultantes da metabolização de carboidratos fermentáveis, como a sacarose.**
- 10 Na oração “Essa acidez localizada, provocada pela disponibilidade de açúcar, leva à dissolução do fosfato de cálcio das camadas superficiais da estrutura de esmalte dentário, liberando fosfato e cálcio para o meio bucal”, há indicação de que o termo “localizada” refere-se à “superfície do esmalte do dente” e, por consequência, à boca.

- 11** No trecho “Essa acidez localizada, provocada pela disponibilidade de açúcar, leva à dissolução do fosfato de cálcio das camadas superficiais da estrutura de esmalte dentário, liberando fosfato e cálcio para o meio bucal. A partir de determinado momento, essa perda mineral atinge tal grau que se observa a formação de uma cavidade”, a expressão “perda mineral” relaciona-se diretamente ao “fosfato de cálcio”, que, ao ser dissolvido da superfície do dente, provoca a desmineralização do esmalte dentário.
- 12** No texto, as expressões denotativas “cárie dentária” e “cariogênico” pertencem ao mesmo campo semântico e, portanto, têm significados idênticos.
- 13** Na estrutura “quando o homem começou a produzir e processar seu próprio alimento”, o termo “quando”, com o significado de “sempre que”, indica uma condição.
- 14** Na estrutura “quando o homem começou a produzir e processar seu próprio alimento, com o cozimento e o surgimento do pão em sua forma primitiva, a cárie dentária passou a ser encontrada em 60 a 70% dos crânios recuperados daquele período”, a expressão “pão em sua forma primitiva” retoma a ideia presente no primeiro parágrafo do texto, sintetizada por “carboidratos fermentáveis”, que aumentou o desenvolvimento de cárie entre as populações primitivas.
- 15** Na estrutura “a cárie dentária passou a ser encontrada em 60 a 70% dos crânios recuperados daquele período”, o vocábulo “daquele” retoma diretamente a oração “quando o homem começou a produzir e processar seu próprio alimento”.
- 16** No trecho “No final do período Paleolítico (por volta de 10 mil anos a.C.), quando o homem começou a produzir e processar seu próprio alimento, com o cozimento e o surgimento do pão em sua forma primitiva, a cárie dentária passou a ser encontrada em 60 a 70% dos crânios recuperados daquele período”, o segmento “com o cozimento e o surgimento do pão em sua forma primitiva” pode ser suprimido da estrutura onde se encontra, sem que isso provoque incorreção gramatical ou alteração dos sentidos textuais.
- 17** No segmento “Com pequenas e pouco significativas mudanças”, o termo “pouco” poderia ser suprimido sem que isso produzisse alterações gramaticais ou incoerência textual.
- 18** No trecho “No início do século XX, a cárie dentária era um problema de saúde pública, na maior parte do planeta”, a supressão da vírgula após “pública” provoca erro gramatical, pois separa termos essenciais da oração.
- 19** Empregada no trecho “Além da água fluoretada, os dentifrícios também são, no presente, amplamente empregados como veículos para utilização do flúor em saúde pública”, a palavra “dentifrícios” tem como um dos seus sinônimos a expressão “cremes dentais”.
- 20** No trecho “No Brasil, estudos pioneiros realizados nos anos 1950 e 1960 corroboraram a eficácia preventiva da fluoretação das águas. No período de 1986 a 1996, com 42% da população recebendo água fluoretada, a queda na prevalência da cárie entre crianças de doze anos de idade foi de 53%.”, as expressões conexas “fluoretação das águas” e “água fluoretada” têm a mesma função sintática nas orações que as encerram.

Considere-se o corredor de um antigo castelo com seis nichos numerados de 1 a 6. Em cada nicho, o guarda pode optar por acender ou não uma tocha durante a ronda noturna.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 21** O número de maneiras de acender exatamente 3 tochas durante a ronda noturna é igual a 20.
- 22** O número de maneiras de acender, pelo menos, uma tocha ao final da ronda é igual a 61.
- 23** Se exatamente dois nichos estiverem acesos, então a probabilidade de que a soma de seus números seja igual a 7 é de 20%.

Admitindo-se que a proposição “A vaca é amarela se, e somente se, o jacaré é verde” é verdadeira e que a proposição “Se o jacaré não é verde, então o pavão é azul” é falsa, julgue os itens seguintes.

- 24** A vaca é amarela.
- 25** O jacaré é verde.
- 26** O pavão é azul.

Em um grupo de 5 amigas (Ana, Beatriz, Cecília, Déborah e Érica), sabe-se que Ana é um ano mais nova que Beatriz, que Beatriz é um ano mais nova que Cecília, que Cecília é 3 anos mais velha que Déborah e que Déborah é 4 anos mais nova que Érica. A média das idades dessas 5 amigas é de 51 anos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 27** Ana tem 50 anos de idade.
- 28** O conjunto das idades do grupo é bimodal.
- 29** A mediana das idades do grupo é de 51 anos.
- 30** Érica é 2 anos mais velha que Beatriz.



RASCUNHO

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referam-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca da instalação de periféricos de computador, da utilização do Microsoft Teams e dos sistemas operacionais móveis Android e iOS, julgue os itens seguintes.

- 31 A configuração de uma impressora via rede exige, obrigatoriamente, que o usuário acesse o painel de controle do roteador para inserir o IP manualmente.
- 32 O Microsoft Teams permite realizar reuniões *online* com compartilhamento de tela, gravação de reuniões e integração com agendas do Outlook.
- 33 É possível integrar o Microsoft Teams com outros aplicativos do Microsoft 365, como Word, Excel e PowerPoint, permitindo a edição colaborativa de arquivos diretamente dentro da plataforma.
- 34 O sistema iOS permite facilmente que o usuário personalize toda a sua interface, como substituir a tela inicial por outra personalizada e alterar o comportamento padrão de botões físicos.
- 35 Tanto o Android quanto o iOS permitem que aplicativos sejam atualizados automaticamente, desde que essa opção esteja habilitada no local correspondente.

No que diz respeito aos conceitos de redes de computadores, ao gerenciamento de arquivos, pastas e programas e à inteligência artificial, julgue os itens a seguir.

- 36 Uma rede do tipo ponto-a-ponto (*peer-to-peer*) depende de um servidor central para permitir a comunicação entre os computadores conectados.
- 37 Em redes IPv4, dois dispositivos conectados à mesma rede física podem possuir o mesmo endereço IP, desde que o endereço MAC de cada um seja diferente, evitando conflitos na comunicação.
- 38 Ao desinstalar um programa no Windows pelo Painel de Controle ou pelas Configurações do sistema, todos os arquivos criados ou modificados por esse programa também são automaticamente removidos do disco.
- 39 A técnica de aprendizado de máquina supervisionado na inteligência artificial (IA) requer um conjunto de dados previamente rotulado para que o algoritmo possa aprender padrões e fazer previsões.
- 40 Redes neurais artificiais são técnicas de IA inspiradas no funcionamento do cérebro humano e são amplamente utilizadas em aplicações como reconhecimento de imagem e voz.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Acerca da improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 41** O mero exercício da função de competências públicas, sem a comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- 42** Configura improbidade administrativa a ação decorrente de divergência interpretativa da lei, com base em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- 43** Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado, via de regra, respondem pelo ato de improbidade administrativa que venha a ser imputado à pessoa jurídica.
- 44** De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, o sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilícitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- 45** A perda patrimonial decorrente da atividade econômica, por ato culposo, acarretará improbidade administrativa.
- 46** Apenas o membro do Ministério Público poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade administrativa.
- 47** Na ação por improbidade administrativa, poderá ser formulado, apenas em caráter incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.
- 48** O tribunal de contas poderá, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade administrativa.
- 49** De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, se houver mais de um réu na ação, a somatória dos valores declarados indisponíveis não poderá superar o montante indicado na petição inicial como dano ao erário ou como enriquecimento ilícito.
- 50** Na ação de improbidade administrativa, caberá agravo de instrumento apenas contra a decisão interlocutória que deferir a decretação de indisponibilidade de bens.
- 51** Se ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano a que se refere a Lei de Improbidade Administrativa deverá deduzir o ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos.
- 52** Conforme a Lei de Improbidade Administrativa, aplica-se à ação de improbidade a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em caso de revelia.
- 53** Em consonância com a Lei de Improbidade Administrativa, não haverá remessa necessária nas sentenças de que trata a legislação de regência.
- 54** De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, na hipótese de litisconsórcio passivo, a condenação ocorrerá no limite da participação e dos benefícios diretos, sendo vedada qualquer solidariedade.

- 55** Segundo a Lei de Improbidade Administrativa, é possível o ajuizamento de ação de improbidade administrativa para o controle de legalidade de políticas públicas.

A respeito da Legislação Anticorrupção, julgue os itens seguintes.

- 56** As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
- 57** Consoante a Lei Anticorrupção, a competência para instaurar o processo administrativo de apuração da responsabilidade da pessoa jurídica é indelegável.
- 58** De acordo com a Lei Anticorrupção, o processo administrativo para a apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta de dois ou mais servidores estáveis.
- 59** Segundo a Lei Anticorrupção, no processo administrativo para apuração de responsabilidade, será concedido à pessoa jurídica prazo de 15 dias para defesa, contados a partir da intimação.
- 60** Em consonância com a Lei Anticorrupção, a celebração do acordo de leniência prescinde da obtenção de documentos que comprovem o ilícito sob apuração.
- 61** Conforme a Lei Anticorrupção, o acordo de leniência exige a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- 62** A celebração do acordo de leniência interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção.
- 63** Conforme a Lei Anticorrupção, a condenação judicial torna certa a obrigação de reparar, integralmente, o dano causado pelo ilícito, cujo valor será apurado em posterior liquidação, se não constar expressamente da sentença.
- 64** Segundo a Lei Anticorrupção, o tipo de sanção aplicada à pessoa jurídica punida não pode constar do cadastro nacional de empresas punidas.
- 65** De acordo com a Lei Anticorrupção, a Controladoria-Geral da União é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo Federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.

No que concerne ao processo administrativo, julgue os itens a seguir.

- 66** Nos processos administrativos, deve-se observar o critério de atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.
- 67** O administrado pode, conforme sua conveniência, deixar de expor os fatos à Administração Pública de acordo com a verdade.
- 68** Quanto ao processo administrativo, no requerimento inicial do interessado, é admissível à Administração Pública recusar, sem justificativa, o recebimento de documentos.
- 69** Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, senão quando a lei expressamente a exigir.
- 70** No processo administrativo, o indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, com efeito suspensivo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Quanto à Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 71** O atributo da presunção de legitimidade de um ato administrativo significa que, até prova em contrário, ele é considerado válido e conforme a lei. No entanto, essa presunção não impede que o próprio Poder Judiciário realize o controle de legalidade do ato, podendo, inclusive, anulá-lo se for constatado algum vício.
- 72** A Administração Pública, em obediência estrita ao princípio da legalidade, pode praticar qualquer ato que não seja expressamente proibido por lei, atuando com a mesma autonomia de vontade permitida aos particulares nas relações privadas.
- 73** Os ministérios e as secretarias de estado são exemplos de entidades que compõem a administração pública indireta, pois possuem autonomia administrativa e financeira para executar políticas públicas.
- 74** Os conselhos de fiscalização profissional, por serem classificados como autarquias de regime especial, são pessoas jurídicas de direito público integrantes da administração pública indireta, e exercem o poder de polícia administrativa ao fiscalizar e aplicar sanções às atividades profissionais regulamentadas.
- 75** O controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre os conselhos de fiscalização profissional abrange a análise da legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão de recursos, como licitações e contratos, e ainda alcança o mérito de todos os atos finalísticos da autarquia, como o julgamento de um processo ético-disciplinar.

A respeito da Lei nº 12.527/2012 – Lei de Acesso à Informação –, julgue os itens seguintes.

- 76** Conforme a Lei de Acesso à Informação (LAI), a publicidade dos atos e das informações de um conselho de classe, incluindo os dados sobre licitações e contratos, é um preceito geral, ao passo que o sigilo é a exceção.
- 77** A LAI aplica-se exclusivamente aos órgãos da Administração Pública do Poder Executivo Federal, não alcançando entidades privadas ou outros entes da federação.
- 78** De acordo com a Lei nº 12.527/2011, o acesso à informação de interesse público poderá ser negado ao cidadão caso ele não apresente justificativa para o pedido ou não comprove interesse direto na informação solicitada.
- 79** Conforme a Lei nº 12.527/2011, informações classificadas como ultrassecretas, secretas ou reservadas podem ser mantidas em sigilo por prazo indeterminado, desde que sejam justificadas pela autoridade competente.

Com base na Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais para licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública Direta, autárquica e fundacional da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, julgue os itens a seguir.

- 80** O princípio da publicidade, aplicável à Administração Pública, exige que todos os atos de licitação e contratação sejam integralmente divulgados em meio oficial, vedando-se qualquer hipótese de sigilo, mesmo que justificado pelo interesse público.
- 81** O Plano de Contratações Anuais, instituído pela Lei nº 14.133/2021, tem como objetivo racionalizar as contratações dos órgãos e das entidades e garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias, sendo facultada a sua divulgação em *site* eletrônico oficial.
- 82** Suponha-se que um analista de licitações de determinado conselho de classe tenha precisado adquirir um material de escritório cujo valor total estimado era de R\$ 40.000. Nesse caso, por se tratar de um valor considerado baixo, é correto afirmar que o analista deverá orientar a sua chefia de que a melhor solução seria realizar a contratação direta por inexigibilidade de licitação, otimizando o processo.
- 83** Suponha-se que um conselho de classe pretenda contratar uma agência de publicidade para uma campanha de valorização profissional, cujo critério de julgamento seria o de “melhor técnica ou conteúdo artístico”. Paralelamente, precisar-se-iam adquirir novas licenças de *software* de uso comum, cujo critério de seleção seria, inequivocamente, o “menor preço”. Nesse caso, é correto afirmar que o analista de contratação da instituição deverá informar à gestão que, segundo a Lei nº 14.133/2021, ambos os objetos só poderiam ser licitados pela modalidade Concorrência, pois o pregão é restrito a objetos comuns julgados, única e exclusivamente, por menor preço.
- 84** Ao analisar a necessidade de contratar uma solução inovadora para a gestão digital dos seus processos, para a qual o Conselho não consegue definir com precisão suficiente as especificações técnicas, caberá ao analista de licitações indicar o uso da modalidade “diálogo competitivo”, por ser uma via legal para aquisições que envolvam alta complexidade técnica ou inovação.
- 85** Em um processo licitatório para contratação de serviço de auditoria financeira e tributária, a instituição poderá utilizar a modalidade de pregão eletrônico, dado o caráter predominantemente intelectual e a natureza técnica da contratação.
- 86** O critério de julgamento de “menor preço” deve ser aplicado quando o objeto da contratação for padronizado e puder ser definido com precisão, sem a necessidade de avaliação de complexidade técnica ou criatividade.

- 87** Um conselho de classe necessita contratar, de forma contínua, serviços de tradução juramentada em diversos idiomas, sendo este uma demanda que surge esporadicamente e com urgência. Considerando a natureza do serviço, em que a qualidade é o fator crucial e a competição entre múltiplos prestadores aptos é inviável, o analista de licitações deve indicar a contratação direta por credenciamento, escolha a qual está correta, pois o credenciamento é uma das hipóteses de dispensa de licitação previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 88** Suponha-se que, na fase preparatória de uma licitação para contratar uma empresa de vigilância patrimonial, o setor demandante tenha elaborado apenas um termo de referência simplificado, contendo o objeto e o valor estimado. Assim, alegou-se que, por se tratar de um serviço comum, o estudo técnico preliminar (ETP) seria um formalismo desnecessário. Nesse caso, é correto afirmar que a dispensa do ETP é regular, pois a sua elaboração é obrigatória apenas para a contratação de obras e serviços de engenharia.
- 89** Suponha-se que uma empresa contratada para realizar uma reforma no edifício do Conselho tenha atrasado a entrega da obra em 45 dias, sem justificativa plausível. Assim, o fiscal do contrato, ao identificar o descumprimento, aplicou imediatamente uma multa de 10% sobre o valor do contrato e rescindiu unilateralmente o pacto. Ao ser questionado, ele argumentou que a Lei nº 14.133/2021 lhe dá o poder-dever de aplicar as sanções ao verificar a inexecução, não dependendo de prévia autorização da autoridade competente. Nesse caso, é correto afirmar que a conduta do fiscal foi plenamente regular, pois garantiu a celeridade e a defesa do interesse público.
- 90** No planejamento de uma licitação para a contratação de serviços de limpeza e conservação, deve o analista responsável elaborar o estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.
- 91** Suponha-se que, em um pregão para a contratação de serviços de *buffet*, o pregoeiro verificou que a empresa vencedora do certame tem como um de seus sócios um meio irmão da sua esposa, com quem eles não têm contato há alguns anos. Assim, por considerar que o parentesco por afinidade não exerceu qualquer influência no resultado, já que a empresa ofertou o menor preço de forma legítima, o pregoeiro deu prosseguimento ao ato e homologou o resultado. Nesse caso, é correto afirmar que a conduta é isenta de questionamentos, pois a Lei nº 14.133/2021 veda apenas a participação de agente público que tenha vínculo de parentesco direto com os licitantes, como irmãos, tios e sobrinhos.
- 92** Suponha-se que um determinado conselho de classe possua um contrato de prestação de serviços de limpeza e conservação em plena vigência e que o gestor do contrato, satisfeito com o desempenho da empresa contratada, tenha identificado a necessidade de contratar serviços de copeiragem, que não estavam previstos no objeto original da licitação. Nesse caso, é correto afirmar que, visando à economia processual, o gestor deverá solicitar ao analista de compras da instituição que elabore um termo aditivo para incluir os serviços de copeiragem no contrato de limpeza já existente, argumentando que o acréscimo de valor ficará dentro do limite legal de 25%.
- 93** A comissão de licitação pode corrigir erros ou falhas nos documentos de habilitação que não modifiquem sua essência ou validade legal. Para isso, deve haver um registro fundamentado, acessível a todos, que confirme a validade desses documentos para habilitação e classificação.
- 94** Contratos para serviços e fornecimentos de natureza contínua – como aluguel de equipamentos ou licenças de programas de informática – podem ser celebrados pela Administração com duração de até cinco anos.
- 95** A Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que seja comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.
- 96** A rescisão unilateral de um contrato administrativo pelo Conselho, por inadimplemento da contratada, exige necessariamente prévia decisão judicial, em respeito ao devido processo legal e ao direito de defesa do particular.
- 97** Nos contratos administrativos, a Administração Pública possui vantagens chamadas “cláusulas exorbitantes”. Elas garantem à Administração uma posição superior ao contratado particular, permitindo, por exemplo, alterar ou encerrar o contrato unilateralmente.
- 98** O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um procedimento utilizado pela Administração Pública para registrar formalmente os preços de serviços, de obras, de aquisições e de locações que poderão ser contratados futuramente. Esse registro pode ser feito por meio de licitação – em qualquer das suas modalidades – ou por contratação direta, conforme previsto na legislação vigente.
- 99** Durante a vigência da ata de registro de preços, órgãos e entidades da Administração Pública Federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de intenção de registro de preços podem aderir à ata na condição de não participantes. Essa adesão depende de consulta e aceitação prévia do órgão ou da entidade gerenciadora, sem que haja a necessidade de aceite do fornecedor em função das cláusulas exorbitantes impostas pela Administração Pública.
- 100** A designação de fiscais e gestores de contrato na Administração Pública é uma atribuição exclusiva de servidores públicos efetivos, vedando-se a nomeação de servidores ocupantes de cargo em comissão, devido à necessidade de estabilidade no desempenho dessas funções.
- 101** O Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) é um sistema eletrônico que reúne informações cadastrais de licitantes, sendo essencial para a fase de habilitação em processos licitatórios. Todavia, a sua consulta é opcional ao pregoeiro ou à comissão de licitação.
- 102** Na Nova Lei de Licitações, foi divulgada a criação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): *site* eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos e das informações das contratações públicas.

- 103** A gestão de estoques do Conselho, embora seja uma atividade de apoio, não possui impacto direto na eficiência das contratações, pois a falta ou o excesso de itens armazenados não influencia a programação de novas compras.
- 104** Em contratos de obras, fornecimentos e serviços – inclusive de engenharia – a Administração Pública pode prever o pagamento de uma remuneração variável ao contratado, vinculada ao seu desempenho. Essa remuneração terá como base o cumprimento de metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazos de entrega previamente definidos no edital e no contrato, promovendo maior eficiência e qualidade na execução contratual.
- 105** Nas contratações públicas submetidas às práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, a terceira linha de defesa é composta dos órgãos de assessoramento jurídico e pelas unidades de controle interno do próprio órgão ou da própria entidade contratante.
- 106** Conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, o processo de licitação deve seguir, em regra, a seguinte sequência de fases: preparatória; divulgação do edital; apresentação de propostas e lances; julgamento; habilitação; fase recursal; e homologação.
- 107** A Lei nº 14.133/2021, ao permitir a criação de matriz de risco nos contratos administrativos, implica que as partes (Administração e contratado) devem identificar e alocar os riscos inerentes à execução contratual, e que a ocorrência de um evento de risco alocado à contratada exime a Administração de qualquer responsabilidade ou ônus financeiro decorrente.
- 108** O Portal de Compras do Governo Federal permite que fornecedores previamente cadastrados participem de licitações em qualquer esfera da Administração Pública, desde que estejam habilitados no SICAF, dispensando a apresentação de documentos já constantes no sistema.

Com base no Decreto nº 11.462/2023, que regulamenta os artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 acerca do Sistema de Registro de Preços (SRP), julgue os itens a seguir.

- 109** O Decreto nº 11.462/2023 permite que o órgão gerenciador movimente as quantidades registradas na ata entre os órgãos participantes, desde que não ultrapasse os limites previamente estabelecidos.
- 110** Segundo o Decreto nº 11.462/2023, a ata de registro de preços é um documento facultativo, podendo ser substituído por simples comunicação entre os órgãos participantes e o fornecedor.
- 111** A fim de controlar as adesões às atas de registro de preços, órgãos ou entidades “não participantes” estão limitados a adquirir, no máximo, 50% do quantitativo de cada item registrado originalmente para o órgão gerenciador e os participantes. Essa medida busca prevenir contratações excessivas e assegurar que o registro de preços priorize as demandas iniciais dos participantes do processo licitatório.

Com base na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que trata dos procedimentos para a pesquisa de preços para a aquisição de bens e a contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional, julgue os itens seguintes.

- 112** A pesquisa de preços para a formação do orçamento estimado de uma contratação pública deve buscar o menor preço possível, sem nunca considerar as condições comerciais praticadas, para não interferir na supremacia do interesse público.
- 113** Na pesquisa de preços realizada conforme a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, devem ser desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, com base em critérios fundamentados e registrados no processo administrativo.
- 114** O painel de preços, ferramenta disponibilizada pelo governo federal, pode ser utilizado pelos conselhos de fiscalização profissional como uma das fontes para a realização da pesquisa de preços nas suas contratações, mas a sua utilização é opcional e não obrigatória.
- 115** De acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, é permitido, de forma excepcional, que o preço estimado seja calculado com base em menos de três preços, desde que haja justificativa técnica e aprovação da autoridade competente.

De acordo com a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), julgue os itens a seguir.

- 116** A Lei nº 12.846/2013 criou, no âmbito do Poder Executivo Federal, o cadastro nacional de empresas punidas (CNEP), que reúne e divulga, de forma pública e transparente, as sanções aplicadas às empresas por órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, apenas na esfera federal, com base na Lei Anticorrupção. O objetivo desse cadastro é fortalecer o controle social e permitir o acompanhamento de punições e acordos de leniência firmados com empresas envolvidas em atos lesivos contra a Administração Pública.
- 117** A responsabilização administrativa da pessoa jurídica pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, não afasta a possibilidade de responsabilização individual dos seus dirigentes, dos seus administradores ou dos demais envolvidos.
- 118** A celebração de acordo de leniência, conforme previsto na Lei nº 12.846/2013, isenta a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado à Administração Pública.
- 119** A responsabilização da pessoa jurídica por atos lesivos contra a Administração Pública, conforme a Lei nº 12.846/2013, é objetiva, ou seja, independe da comprovação de culpa ou dolo.
- 120** A proposta de acordo de leniência rejeitada não implica reconhecimento da prática do ato ilícito investigado por parte da pessoa jurídica.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

No vibrante e desafiador ambiente das contratações públicas, onde a busca pela eficiência se cruza com o rigor da legalidade, o tema da integridade e do *compliance* transcendeu a esfera teórica para se tornar um pilar incontornável. Em um Conselho de Fiscalização Profissional, a gestão de recursos públicos e a relação com o mercado demandam uma vigilância constante e proativa.

Recentemente, em uma visita técnica a outro órgão de fiscalização, um analista de licitações e compras, ouviu relatos preocupantes sobre casos de desvios e fraudes em contratos administrativos, que não apenas causaram prejuízos financeiros, mas abalaram profundamente a confiança da sociedade na instituição. O aprendizado é claro: não basta a legislação punitiva; é preciso construir uma cultura de prevenção, onde a ética e a transparência sejam o alicerce de cada decisão. É nesse cenário que a atuação do Analista se torna um baluarte crucial.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Integridade e *compliance* nas contratações públicas

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) fortalecimento do combate à fraude e à corrupção nas contratações públicas mediante o fato de a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) responsabilizar objetivamente as pessoas jurídicas;
- b) utilização dos programas de integridade (*compliance*) para mitigar riscos e atenuar sanções em contratos com o Poder Público; e
- c) contribuição da cultura organizacional ética, aliada ao comprometimento da alta direção, para a efetividade das ações de prevenção de ilícitos na Administração Pública e nas empresas contratadas.